

TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA CAMPONESA EM ELEMENTOS DE MODOS DE VIDA CONTRA-HEGEMÔNICOS¹

Cristina Maria Macêdo de Alencar²

As reflexões que compõem este ensaio estão respaldadas no trabalho de orientação de pesquisas de mestrado e doutorado, com diferentes empirias, nas quais procuramos evidenciar e problematizar relações entre o rural e o urbano, oferecendo visibilidade ao rural, numa civilização em que o urbano-industrial dá o tom, marcando a hegemonia. As pesquisas que são referências para essas reflexões versam sobre extensão rural como ação governamental para formação de agentes para o desenvolvimento rural sustentável; sobre pesca e pescadores artesanais em mar aberto, enseada e ribeirinhos e sobre jovens em escolas rurais, práticas de ensino e educação ambiental. Portanto, são empirias de trabalho e educação na cultura rural camponesa.

Pensar relações entre trabalho, educação e cultura camponesa, no Brasil do século XXI, traz a possibilidade de problematizarmos elementos de modos de vida contra-hegemônicos de populações que carregam em si a historicidade da luta pela terra. De muitas perspectivas seria possível delimitar um conteúdo agrário nesse enunciado, que explicita a existência de uma hegemonia conflitante com identidades que resistem em contra-hegemonia.

A historicidade de todo fenômeno social, cultural ou político nos coloca no contexto de um tempo mais ou menos longo de encadeamento contraditório de acontecimentos e com certo universo léxico. Nesse sentido, como lidar com a categoria camponês/camponesa, quando a sociedade moderna já se situa na Quarta Revolução Industrial? Uma sociedade conectada digitalmente por inteligência artificial, através de sensores com

¹DOI- 10.29388/978-65-81417-57-4-0-f.47-60

² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, docente do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador. Email: cristina.alencar@ucsal.br

nano tecnologia que se encontram, até mesmo, na também revolucionada agropecuária e com forte concentração populacional em centros urbanos. Portanto, pensar relações entre trabalho, educação e cultura em modos de vida contra-hegemônicos supõe a existência de hegemonia e de resistências a essa hegemonia. O que é que conecta trabalho, educação e cultura camponesa no contexto de modos de vida e de luta pela terra? O que ligaria essas dimensões da realidade? Proponho-me a responder que o que conecta trabalho e educação, nesse contexto, é a condição rural camponesa como elemento de modos de vida contra-hegemônicos ao projeto civilizatório da modernidade urbano-industrial. Estamos periodizados num momento em que a condição rural está imersa no projeto de civilização que é moderno, urbano e industrial. E como afirmar a existência de hegemonia não identificada por sua origem grega de direcionamento por comando político-militar?

Iniciemos por explicitar o sentido com que nos apropriamos do conceito de hegemonia para delimitar a problemática central deste artigo: direcionamento de grupos sociais por organizações privadas como igrejas, sindicatos, escolas, em que os intelectuais são instrumentos eficazes de hegemonia, mesmo quando há alguma discordância em relação ao governo. A educação do campo carrega o potencial de criação da própria categoria de intelectuais, uma resistência organicamente contra-hegemônica à hegemonia da cidade sobre o campo. Isso posto, voltamos a questionar: o que é que conecta trabalho, educação e cultura camponesa no contexto de modos de vida e de luta pela terra? O que ligará essas dimensões da realidade como categorias? Propus-me a responder que o que as conecta é a condição rural camponesa. Conecta trabalho e educação como elementos de modos de vida contra-hegemônicos ao projeto civilizatório da modernidade urbano-industrial.

Faremos algumas reflexões sobre isso, destacando que estamos diante de uma situação de metamorfose histórica: que é a existência da condição rural camponesa em um momento de civilização que é moderno, urbano, industrial. É, portanto, a reflexão sobre duas condições que tiveram seus fins históricos decretados pelas ciências sociais algumas vezes: o rural e o camponês. Estão sempre a ressuscitar apesar da suposta fatalidade histórica resultante da expansão do capitalismo no campo!

As quatro principais referências clássicas desse processo (cronologicamente: Karl Marx, Vladimir Lênin, Karl Kautsky e Alexander Chaya-

nov) apontavam o desaparecimento do campesinato no desenvolvimento do capitalismo e construção do socialismo. Kautsky escreve já em 1900 com a industrialização, inclusive no campo, em pleno avanço. Ele aponta a condição desigual do desenvolvimento do capitalismo, na qual o camponês realizará atividades acessórias às da sua propriedade, mantendo-se como camponês aquele que vive do seu trabalho. Chayanov concordará com a reflexão de Kautsky e chamará atenção para o fato de que as economias não capitalistas, no capitalismo, estavam deixando de ser estudadas. Nossa perspectiva é que a problemática rural camponesa requer produção intelectual orgânica para ser visibilizada e para a construção de possível contra-hegemonia, cada vez mais relativa.

Muitos cientistas já elaboraram sistematizações sobre o assunto, mas vamos nos ater a citar Joelson Gonçalves de Carvalho, em artigo publicado na coletânea Trabalho e Educação: estudos sobre o rural brasileiro (2017), por estarmos alinhadas com sua abordagem, que reconhecendo a existência contemporânea do camponês reconhece também suas reconfigurações, e, conseqüentemente, requer abordagem complexa por se tratar de modo de vida em economia familiar, que é unidade de produção e consumo. Sinteticamente, tomamos como perspectiva interpretativa para falar de trabalho, educação e cultura camponesa o mundo rural constituído em pluriatividade, nucleado pelo sentido agrário de trabalho e vida, com diversidade identitária, a partir do trabalho de produção material da vida em determinada relação com a natureza externa ao ser humano. Vimos desenvolvendo essa abordagem desde 2003, a partir da tese *Campo e Rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório* e em diversos artigos, publicados em periódicos e em coletâneas, em que o rural apropriado como categoria heurística e instrumental está sempre referenciado em relações com o urbano.

Nossa reflexão, neste artigo, está estruturada em três pontos: a sociedade moderna; o trabalho e a educação no desenvolvimento humano e na sociedade moderna e a condição contra-hegemônica da educação do campo. Nas pesquisas que inspiram esse texto, buscou-se estabelecer a relação, ou evidenciar a relação entre o rural e o urbano e dar visibilidade ao rural, numa civilização em que o urbano-industrial dá o tom hegemônico.

A SOCIEDADE MODERNA

Pensando a sociedade moderna, estamos num recorte histórico, temporal e espacial do capitalismo, que conforma uma sociedade capitalista que, é preciso lembrar, não é homogênea. Nessa modernidade da sociedade, dentre diversos destaque possíveis, optamos por ressaltar os desenvolvimentos tecnológico e urbano-industrial que marcam os planos de desenvolvimento do Brasil no contexto do capitalismo internacionalizado e internacional, portanto, num contexto de hegemonia e subalternização entre as demais sociedades capitalistas. Tanto a modernidade, quanto o capitalismo chegam com os portugueses às terras que viriam se chamar Brasil. Eles se implantam através do mercantilismo, que expandia os padrões de consumo imprescindíveis ao desenvolvimento do capitalismo. Estávamos num processo de acumulação primitiva de capital pra que o capitalismo se instaurasse, se desenvolvesse; uma dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado.

O que significa desenvolvimento desigual e combinado? Significa dizer que ali é o lugar da disputa, mas, também, da cooperação. É lugar da hegemonia, mas também da contra-hegemonia, como Rosa Luxemburgo já assinalara, no livro *A Acumulação de Capital* (1976), ao tratar da convivência entre modos ou formas capitalistas e não-capitalistas de relações sociais de produção. Essa diversidade na sociedade moderna sob o modo de produção capitalista é necessária para que o próprio capitalismo exista.

Coexistência em disputa e cooperação de relações não capitalistas na sociedade capitalista não são, necessária nem naturalmente, contra-hegemônicas. Não haverá condição contra-hegemônica se não houver uma ação concreta dos sujeitos históricos que vivem aquele modo de viver, enquanto um coletivo. Dito de outro modo, não é uma situação de naturalidade, na qual se têm relações capitalistas e não-capitalistas, que, naturalmente, se terá diversidade. É o processo de viver e de existir das populações, das pessoas, dos seres-humanos, dos sujeitos, indivíduos e classes sociais que conforma esse desenvolvimento desigual e combinado.

A diversidade em contradições de pares dialéticos é absolutamente necessária ao processo histórico social, tendo em vista que a lógica de auto-equilíbrio do mercado é utópica e, como qualquer outra utopia, não dá conta de materializar plenamente suas promessas. Assim também a

Revolução Industrial prometia bens materiais a todos, melhor condição de vida material a todos. Era uma promessa, mas não foi uma realização. Ousamos afirmar que essa desigualdade é inerente ao próprio processo de desenvolvimento da humanidade; que examinando qualquer outro modo de produção será possível identificar onde está o desigual e o combinado.

Entretanto, no recorte deste artigo, optamos por olhar a diversidade e a desigualdade no capitalismo, onde ocorrem luta e oposição, mas também cooperação. E a cooperação não ocorre apenas entre os mesmos. A própria dinâmica contraditória requer que os contrários cooperem em algum nível e isso acrescenta desafio à construção de uma contra-hegemonia. É mais desafiador porque, na condição de sujeito histórico ou de indivíduo, a pessoa irá se deparar com situações nas quais refletirá: “não penso daquele jeito, não quero aquele modo de viver, mas em algum nível, em alguma instância não posso ter no outro meu inimigo pleno; tenho que estar junto de alguma forma”! Trata-se de dilemas que envolvem o trabalho, a educação, a cultura em conteúdos, formas e significados, nos quais há disputa e cooperação simultaneamente; há hegemonia e contra-hegemonia sempre como processos simultâneos, muitas vezes ambivalentes; muitas vezes ambíguos.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO

O segundo elemento trazido para esta reflexão é a condição inerente do trabalho e da educação no desenvolvimento humano e na sociedade moderna. Ao fazer esse destaque, estamos chamando atenção para a dimensão ontológica do trabalho e da educação, ou seja, é algo que diz respeito à condição humana, ao ser humano, constituindo-se como humanidade. É algo, também, que diz respeito à forma de inserção do ser humano, das pessoas, das classes, na produção do trabalho. Nesses termos, diz respeito à referência geral explicativa do modo de produção, à forma de pensar o trabalho, o que corresponde a levar a reflexão para a totalidade social, para a formação econômico social no duplo caráter do trabalho.

Quando Marx estabelece essa compreensão do duplo caráter do trabalho, o trabalho concreto e o trabalho abstrato como par dialético,

ele está estabelecendo categorização nas relações sociais capitalistas; para quando as relações sociais são capitalistas no processo de produção. Isso não quer dizer que o trabalho concreto, que é aquele que produz valores de uso, deixa de existir sozinho se os processos produtivos não se derem na relação social de produção capitalista, mas significa dizer que, nessas relações, os dois caracteres do trabalho estão presentes: o concreto e o abstrato.

Cabe considerar que não se configura trabalho abstrato onde haja relações de produção não capitalistas. É seguramente anacrônico e simplificador generalizar o trabalho como alienante, a partir da teoria crítica à Economia Política. Contudo, é recorrente a interpretação que implica em existir o trabalho na sociedade capitalista apenas como trabalho abstrato, que é a venda da jornada de trabalho ao capitalista. Nesse caso, perde-se a dimensão ontológica do ser social, ou do ser natural humano. E não é isso. Mesmo na relação em que o trabalhador produz trabalho abstrato, esse mesmo trabalho pode conter trabalho concreto, que é aquele trabalho que diz respeito ao saber específico de cada um, se o processo técnico de produção não fragmentou o trabalho. Mas não é dessa circunstância, cada vez mais rara no capitalismo de produção internacionalizada em fragmentos, que estamos falando para entender as relações entre trabalho e educação camponesa, que constituem modos de vida como mundo rural através do trabalho.

Os camponeses como indivíduos e o campesinato como categoria social, em sua diversidade, produzem trabalho concreto e não trabalho abstrato, mas existem nesse mundo, nessa sociedade moderna sob a hegemonia da relação social de produção que subalterniza o trabalho concreto ao trabalho abstrato, que os sintetiza em trabalho assalariado na contradição que movimenta a dinâmica da sociedade. Para ilustrar a diversidade de trabalhos concretos do campesinato, aqueles trabalhos que constituem suas identidades sociais, tomamos a citação de Welch, por Carvalho (2017).

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem dos recursos naturais como povos das florestas; agroextrativista, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros,

quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WELCH, 2009, p. 11 *apud* CARVALHO, 2017, p. 47).

Nessa diversidade da condição camponesa caracterizada por Welch, não há trabalho abstrato, mesmo entre “os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados”. Na mediação entre trabalho e educação do campesinato, a relação estabelecida pelo trabalho concreto na produção material e social da vida desses sujeitos sociais é muito importante na argumentação do modo de vida camponês como contra-hegemônico. É importante porque é o trabalho concreto que vai estar mais sintonizado com o processo metabólico de transformação da natureza, porque é exatamente a ele que Marx vai se referir:

como criadores de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 102).

Essa transformação da natureza é algo que nos ajuda a compreender a divisão que Marx estabelece entre primeira natureza e segunda natureza. Na segunda natureza está a condição da espécie humana, diferenciada das outras espécies, de utilizar sua característica natural de inteligência para produzir coisas. Extrapolando, num salto, o processo civilizatório, pensamos o desenvolvimento urbano-industrial como algo que vai dissociando o ser humano da natureza e, nesse ponto, é possível retomar Rosa Luxemburgo, quando ela escreve sobre a morte da economia rural, no livro já citado *A Acumulação de Capital*, e faz referência a produções sociais. O rural e o urbano são, nesse sentido, construções sociais; não têm uma correspondência linear de sinônimo entre natureza

e não-natureza, embora admitamos a primeira natureza, heurísticamente, como imanente ao rural.

Isso torna muito complexo pensar essas relações, porque existem todas as comunidades que praticamente dispensam o desenvolvimento industrial para a produção e a reprodução de suas vidas nos modos em que elas estão. Contudo, essas comunidades não passam à margem das tensões entre o rural e o urbano, porque os seus próprios filhos estão em contato com esse desenvolvimento e todo o desenvolvimento da civilização urbano-industrial chega aos camponeses subalternizando-os. Trata-se de um processo sempre tensionado, permanente e não linear que, enquanto desenvolvimento da segunda natureza, é direito civilizatório da humanidade usufruir de suas conquistas quer como diversidade quer como contra-hegemonia.

As conquistas civilizatórias não são apenas para os que vivem na cidade ou na condição urbana. Toda a espécie humana é herdeira de tudo o que essa civilização construiu. É direito de quem não está imerso no mundo urbano usufruir dessas conquistas civilizatórias e adequá-las a suas escolhas, do ponto de vista de colocar limites ao quanto quer que elas modifiquem ou não a sua vida. Da mesma forma, é direito das populações que vivem imersas no mundo urbano-industrial usufruírem daquilo que precisam pra viver com saúde e que está nos ambientes menos transformados. Desse modo, primeira e segunda naturezas estão coexistindo desde sempre, o que significa dizer que natureza é sempre historicamente uma condição cultural; natureza é cultura expressa em como a humanidade dela se apropria, pela inteligência, na construção dessa segunda natureza. Diríamos, didaticamente, que a primeira natureza seria algo destituído de cultura e a segunda, o reconhecimento de que ela é cultura, sempre.

Essa distinção é importante para que reconheçamos que a vida é um processo metabólico, amplo, pleno, que toda a produção de segunda natureza pode produzir falhas metabólicas e que o desenvolvimento humano é um perseguir constante de restauração metabólica de suas relações com a própria natureza. Isso vai requerer o reconhecimento de que a vida é diversa e que, portanto, não há homogeneidade. Mas a segunda natureza, que opta pela civilização urbano-industrial, pretende, na utopia, a homogeneização. Assim, se estabelece tensão entre diversidade, ou entre heterogeneidade e homogeneidade em toda a dinâmica ecossistêmica, que é diversa.

A dinâmica urbano-industrial precisa de regularidade num tempo distinto do tempo da natureza. É o tempo da máquina, que não está só na fábrica que fabrica sapato, cadeira, porta, avião, computadores, ou qualquer outra mercadoria industrializada, mas está, também, na introdução dos processos industriais para a agricultura, por exemplo, com engenharia genética. É então que se vai à feira livre e se considera bonito o tomate todo igualzinho, todo vermelhinho, todo redondinho, ou qualquer outra verdura, fruta, ou o que quer que seja. Tudo muito arrumadinho e igual. Isso é um processo de homogeneização da forma desses vegetais, que na natureza não são assim. Na natureza, fora dessa engenharia genética, não é assim. Isso é segunda natureza, porque é resultado da inteligência humana transformando os processos metabólicos, que há milhões de anos dispensavam a cultura que o *homo* segue construindo nesse processo milenar de trabalho e educação. Com esses parâmetros, temos os dois desenvolvimentos: o humano e o da sociedade moderna.

A CONDIÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Chegamos ao momento do argumento em que o foco é a educação mediadora dos desenvolvimentos humano e social. É necessário sublinhar no processo de formação educacional a distinção entre trabalho e profissão. Distinguir trabalho de profissão requer distinguir educação, trabalho, profissão e vida no campo como dimensões que são específicas e que vão ganhando *status* normativo e regulatório das relações humanas. Nessa perspectiva, agricultor familiar no Brasil, desde 24 de julho de 2006, é profissão regulamentada pela Lei n. 11.326. Ao profissionalizar a agricultura familiar, a identidade social como categoria política fica subalternizada, não apenas em relação ao processo civilizatório urbano-industrial como modos de vida rural e urbano, mas também como regulação para políticas públicas. Agricultura familiar como profissão é identidade para políticas públicas. E profissão é regulamentada e tem lei. E profissão tem quem decide quem é profissional e quem não é, do mesmo modo que o intelectual acadêmico, em bancas examinadoras, diz o que é e o que não é científico. Na academia, tem um certo domínio do intelecto e do conhecimento que identifica o ser ou não ser mestre ou doutor, enquanto

o domínio da norma identifica o ser ou não ser agricultor familiar.

Nessa condição, o agricultor familiar não pode dizer: “eu sou um agricultor familiar”. Para o seu reconhecimento como agricultor familiar, verifica-se se ele cumpre os requisitos da lei, daquele código, daquela definição. A educação vai transitar nessa contradição de formar profissionais, ou de possibilitar o desenvolvimento humano de sujeitos para os quais o trabalho é formador de sua identidade social. É nesse ponto que nossa reflexão identifica a condição contra-hegemônica da educação do campo nas escolas com pedagogia da alternância, tanto a escola Família Agrícola como a escola Família do Mar. Evidencia-se, nessas escolas, a diversidade do rural camponês, como já mencionamos, na qual o camponês ou o rural, o rural como mundo, lugar de trabalho e vida é pluriativo, na terra e na água; o agrícola, o não agrícola, o da pesca; cultivo e extrativismo da terra e da água, artesanato e serviços.

Essa compreensão do rural camponês em que problematizamos a natureza, a biodiversidade, a sociodiversidade e, agora muito contemporaneamente, o ecológico nas lutas camponesas, nos adverte que, para as comunidades tradicionais, os enfrentamentos contra-hegemônicos se esgarçam como questão agrária do acesso à terra, ao acesso a toda biodiversidade e à atribuição de sentidos. O ecológico, nas lutas camponesas, diz respeito às dinâmicas ecossistêmicas, ao acesso à água, onde a água é represada para irrigar produções do agronegócio, retirando a fonte que abastece comunidades que estavam no curso do rio, ao plantio de transgênicos, cuja semente migra com o vento para o diverso que não quer produzir com transgênico.

A dinâmica ecológica e ecossistêmica na questão agrária e na luta camponesa envolve todos esses elementos para além da questão de estrutura fundiária. O agrário é maior do que o fundiário. É material e imaterial na construção de saberes, cosmovisões e modos de vida na relação com a natureza. O agrário, o do campo, expressa-se nessas condições inclusive no engajamento político pela educação do campo para que ela seja uma educação contra-hegemônica ao invés de se limitar à aceitação da educação urbana que está na sala de aula.

A educação urbana está na sala de aula rural de várias formas. Com pretensão ilustrativa, citamos Teirone Campos Silva (2013) em sua dissertação sobre as aulas de educação física, ou a escola de educação fí-

sica em escolas rurais, no município Feira de Santana. O autor, na época nosso orientando, é professor de educação física e se inquietava por entender a diferença do aluno de educação física na escola rural em um dos distritos de Feira de Santana e fora dali. A inquietação surgiu no primeiro dia em que ele chegou para dar aula. Ele era um professor urbano. A educação física é urbana, é formada dentro de uma concepção de homem que já não tem mais a mobilidade por viver na natureza e precisa de atividade física e de organização performática para guerra, como forma de substituir a vida na natureza. O aluno iniciara o diálogo: “professor o senhor vai botar a gente pra correr como o outro professor mandava a gente correr? É que eu já ando 3 km pra chegar aqui”. Diz-nos o mencionado autor que “[...] o problema da imposição das bases educacionais urbanas em relação ao campo ainda persiste” (SILVA, 2013, p. 14).

Vislumbramos, em Bezerra Neto, a possibilidade de contra-hegemonia pela educação do campo enquanto processo pedagógico quando, examinando a pedagogia do MST, ele afirma que:

Ao defender a metodologia adotada por Paulo Freire como ideal pedagógico, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) passa a defender a idéia que a educação pode transformar-se em um fator de equidade social, pois a entende como a redentora dos males sofridos pelo homem do campo à medida que este vier a se tornar um sujeito culto e capaz de conduzir seu próprio destino, o que ainda não acontece de forma plena (BEZERRA NETO, 2005, p. 136).

Optamos por fazer referência a uma análise da pedagogia do MST por evidenciar a relação direta entre trabalho e educação para essa população rural camponesa, à qual está subjacente o potencial contra-hegemônico da educação para superação dos sacrifícios do homem do campo. E aqui sublinhamos que essa é também uma questão concreta de relação tensionada entre o rural e o urbano e que uma síntese de equidade social só pode ser pensada, efetivamente, posicionando-se de um dado lugar orgânico. No caso do ensino da educação física, ao se situar no lugar do aluno, o pesquisador pôde reconhecer a territorialidade negada àqueles jovens rurais, materializada, inclusive, na assimetria da escola convencional – favorável à localizada no espaço urbano e desfavorável à localizada no espaço rural.

Quando exercitamos alteridade, permitindo-nos o posicionamento como sujeito e objeto em interação na pesquisa, onde antes nos posicionávamos epistemicamente como sujeito distanciado do objeto, configuramos olhares capazes de apreender a diversidade. Cada vez que nos posicionamos epistemicamente com alteridade, vamos construindo condições e possibilidade para apreender a hegemonia e, organicamente, engajar-nos intelectualmente por uma contra-hegemonia.

Nesse ponto da nossa argumentação é preciso retomar o entendimento sobre trabalho concreto e trabalho abstrato, que mencionamos na abordagem do desenvolvimento humano, porque a predominância de relações sociais que configuram trabalho abstrato está na hegemonia da modernidade como rotina e como padronização dos processos produtivos em detrimento das singularidades dos diferentes trabalhos, como os trabalhos concretos do mundo rural camponês, por exemplo. Assim é que, no duplo caráter do trabalho, o modo de vida produzido pelo trabalho abstrato reproduz modelos padronizados de produção (ALENCAR, 2005), o que requer educação tecnicista. Por sua vez, a experiência de vida na pluralidade rural camponesa de relações não capitalistas mantém tensionados os dois caracteres do trabalho e requer educação com ensino contextualizado e significativo.

A educação do campo, contextualizada e significativa, que, pela pedagogia da alternância entre trabalho e educação, faz convergir currículo, práxis e diálogo constante com as famílias e a comunidade onde vivem os jovens rurais camponeses favorece a afirmação e a reafirmação identitária desses jovens (SANTOS, 2020). A prática pedagógica dessa educação carrega o engajamento que favorece o potencial contra-hegemônico do auto-reconhecimento e do pertencimento à vida comunitária camponesa.

A utopia comunitária, no mundo capitalista, não é um dado entre outros que caracterizem a situação do camponês. Nem o comunitário está restrito ao campesinato. Enquanto visão do mundo que norteia os relacionamentos sociais na formação social concreta, ela expressa integralmente a vida camponesa numa sociedade que tende à fragmentação e à corrosão dos valores de referência de grupos assim. [...] A comunidade constitui o elemento central da *realidade* do camponês e do que o camponês ainda subsiste nos deserdados

da terra. Exprime o modo possível de como pode ele conceber sua existência. Mesmo nos dilaceramentos sociais próprios da expansão do capital, populações socializadas nas concepções da tradição comunitária tendem a preservar essas referências por mais tempo do que as propriamente urbanas, as reduzidas à precária e sempre provisória comunidade de vizinhança (MARTINS, 2020, p. 47, *grifo no original*).

Martins (2020) nos traz, nesse reconhecimento do lugar da tradição comunitária, mais um elemento que consideramos capaz de conectar trabalho, educação e cultura camponesa. Não é preciso buscar práticas inovadoras; é preciso reconhecer o lugar desse antigo, que está posto pelas comunidades tradicionais atualizado no novo padrão da evolução humana, como legítimo herdeiro daquilo que, sendo conquista civilizatória, lhe convém como bem comum, com garantia do respeito à identidade social desses sujeitos históricos. E segue histórico-socialmente na construção de novos padrões civilizatórios, por certo, indeterminados.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. O rural e o urbano inspirando alteridade científica. In: PEDRÃ, Fernando; SEPÚLVEDA, Osmar (orgs.). **Reflexões de Economistas Baianos 2005**. Salvador: CORECON, 2005.
- BEZERRA NETO, Luiz. A educação rural no contexto das lutas do MST. **HISTEDBR** [on-line], Campinas, n. 20, pp. 133 - 147, dez. 2005.
- CARVALHO, Joelson Gonçalves de Carvalho. Camponês e Camponês: contribuições teóricas de uma evidência empírica no Brasil. In: SANTOS NETO, J. L.; BEZERRA NETO, L.; SANTOS BEZERRA, M. C. (orgs.). **Trabalho e Educação: estudos sobre o rural brasileiro**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**. São Paulo: Zahar Editores, 1976.
- MARTINS, José de Souza. **Uma Sociologia da Vida Cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro I, São Paulo: Editorial Boitempo, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/37390110/Marx_O_capital_Livro_1_Boitempo_ Acesso em: 16 set. 2021.

SANTOS, Murilo Pinto Silva Santos. **Escola, Família e Comunidade**. O lugar da (re)afirmação identitária da juventude do campo. 2020. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020.

SILVA, Teirone Campos. **Educação física em escolas públicas estaduais do município de Feira de Santana – Ba: territorialidades negadas no desenvolvimento social**. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.